

Disciplina:	Direito Administrativo I
Código:	8º
Núcleo de Formação:	Profissional
Créditos:	4cd
Carga Horária:	60h
Área Temática	Direito Público

EMENTA:

A disciplina traz como proposta o estudo dos princípios que informam o Direito Administrativo Brasileiro, conforme diretrizes do Estado Democrático de Direito e à luz dos princípios constitucionais vigentes.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

- Conceituar o Direito Administrativo e sua inserção enquanto matéria autônoma na ciência do Direito.
- Identificar o processo de evolução e formação histórica do Direito Administrativo.
- Traçar as diretrizes da Administração Pública brasileira, suas entidades políticas e administrativas, seus órgãos e agentes públicos.
- Apresentar as finalidades da Administração Pública, bem como os poderes administrativos: discricionário, hierárquico, disciplinar, regular e poder de polícia.
- Possibilitar uma análise crítica quanto às atividades do estado.
- Comparar as diferentes formas de prestação dos serviços públicos pela Administração.
- Identificar a aplicação e a importância dos princípios constitucionais vigentes.

PRÉ-REQUISITOS

É necessário que o acadêmico possua conhecimentos gerais sobre a sociedade e domínio da língua portuguesa.

COMPETÊNCIAS A SEREM ATINGIDAS PELO DISCENTE

Ao final da disciplina o discente deverá estar apto a:

- Perceber a presença do Poder Público nas relações jurídicas.
- Identificar as diretrizes da Administração Pública brasileira, suas entidades políticas e administrativas, seus órgãos e agentes públicos.
- Perceber as finalidades da Administração Pública, bem como os poderes administrativos: discricionário, hierárquico, disciplinar, regular e poder de polícia.
- Realizar uma análise crítica quanto às atividades do estado, buscando alternativas para seu aprimoramento.
- Aplicar os princípios constitucionais vigentes.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- Formação, objeto e conceito do Direito Administrativo e sua inserção enquanto matéria autônoma na ciência do Direito.
 - Elementos Históricos do Direito Administrativo
 - Repercussões nos demais ramos da ciência jurídica e sua onipresença na vida política do país.
- Direito Administrativo.
 - Bases constitucionais do Direito Administrativo.
 - Estado Democrático e Administração Pública.
 - Valores Superiores e Administração Pública.
 - Os Direitos Humanos e Fundamentais no Direito Administrativo
- Codificação do Direito Administrativo.
- Administração Pública.
 - Entidades Políticas e Administrativas.
 - Órgãos e Agentes Públicos.
 - Fins da Administração Pública.
 - Poderes Administrativos: discricionário, hierárquico, disciplinar, regular e poder de polícia.
 - Controle da Discricionariedade Administrativa. Formas e limites da discricionariedade administrativa.
 - Ato Administrativo: atributos, classificação, extinção, revogação e convalidação.
- Teoria da Organização Administrativa.
 - Desconcentração e Descentralização.

- Coordenação e Subordinação.
- Administração Pública Direta.
- Órgãos Públicos: Administração Pública Indireta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista.
- Administração Pública e Poder Local.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Aportes técnicos para uma postura crítica quanto às atividades do estado.

METODOLOGIAS DE ENSINO E DE AVALIAÇÃO

A metodologia utilizada pelo docente deve articular métodos ativos de ensino e uma prática de avaliação que possibilite o diagnóstico de dificuldades e limitações a serem superadas, considerando as competências a serem constituídas e identificando as mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Para tanto, o docente pode dispor de: aulas expositivas e dialogadas; trabalhos em grupo e preparação de seminários; exame de peças jurídicas; provas dissertativas e objetivas, fichas de leitura, trabalhos de pesquisa, debates, seminários e arguições orais, entre outras.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2005. 765 p.
- MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.
- OHLWEILER, Leonel Pires. Direito Administrativo em Perspectiva. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2000.

Bibliografia complementar:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Discricionariedade e controle jurisdicional. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 13.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. 927

CRETELLA JÚNIOR, José. Direito administrativo brasileiro. 2.ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 986 p.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 7.ed.. São Paulo: Malheiros, 2004. 687 p.

MAURER, Hartmut. Elementos de direito administrativo alemão. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Fabris, 2001.